

SUMÁRIO

▪ CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
• Índice Sistemático da Constituição Federal.....	14
• Constituição da República Federativa do Brasil.....	17
• Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.....	121
• Índice Alfabético-remissivo da CRFB/1988 e das Disposições Transitórias.....	149
▪ LINDB	
• Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro.....	203
▪ CÓDIGO CIVIL	
• Índice Sistemático do Código Civil.....	209
• Código Civil.....	219
• Índice Alfabético-remissivo do Código Civil.....	374
▪ CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL	
• Índice Sistemático do Código de Processo Civil.....	412
• Exposição de Motivos do Código de Processo Civil.....	419
• Código de Processo Civil.....	428
• Índice Alfabético-remissivo do Código de Processo Civil.....	552
▪ CÓDIGO PENAL (EXCERTOS)	
• Código Penal.....	594
▪ ESTATUTOS	
• Estatuto da Criança e do Adolescente.....	603
• Estatuto da Pessoa Idosa.....	647
• Estatuto da Juventude.....	659
• Estatuto da Pessoa com Deficiência.....	667
• Estatuto da Primeira Infância.....	687
• Estatuto da Pessoa com Câncer.....	691
▪ LEGISLAÇÃO COMPLEMENTAR	
• Legislação Complementar.....	696
▪ SÚMULAS E ENUNCIADOS SELECIONADOS	
• SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL	
Súmulas Vinculantes.....	964
Súmulas.....	964

• SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA	
Súmulas	965
• Enunciados do Conselho da Justiça Federal – CJF – Jornadas de Direito Civil	966
• Enunciados do Conselho da Justiça Federal – CJF – I Jornada de Direito Notarial e Registral	972
• Enunciados do Conselho da Justiça Federal – CJF – Jornadas de Prevenção e Solução Extrajudicial de Litígios I e II	973
• Enunciados do Instituto Brasileiro de Direito de Família – IBDFAM	974

ÍNDICE CRONOLÓGICO GERAL

DECRETO-LEI Nº 3.200, DE 19 DE ABRIL DE 1941.....	696
<i>Dispõe sobre a organização e proteção da família</i>	
DECRETO-LEI Nº 7.485, DE 23 DE ABRIL DE 1945.....	700
<i>Dispõe sobre a prova do casamento nas habitações aos benefícios do seguro social, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 1.110, DE 23 DE MAIO DE 1950.....	700
<i>Regula o reconhecimento dos efeitos civis ao casamento religioso.</i>	
LEI Nº 5.478, DE 25 DE JULHO DE 1968.....	701
<i>Dispõe sobre ação de alimentos e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 6.015, DE 31 DE DEZEMBRO DE 1973.....	703
<i>Dispõe sobre os Registros Públicos e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 6.404, DE 15 DE DEZEMBRO DE 1976.....	745
<i>Dispõe sobre as sociedades por ações.</i>	
LEI Nº 6.515, DE 26 DE DEZEMBRO DE 1977.....	803
<i>Regula os casos de dissolução da sociedade conjugal e do casamento, seus efeitos e respectivos processos, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 6.858, DE 24 DE NOVEMBRO DE 1980.....	807
<i>Dispõe sobre o Pagamento, aos Dependentes ou Sucessores, de Valores Não Recebidos em Vida pelos Respetivos Titulares.</i>	
LEI Nº 7.115, DE 29 DE AGOSTO DE 1983.....	807
<i>Dispõe sobre prova documental nos casos que indica e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 8.009, DE 29 DE MARÇO DE 1990.....	807
<i>Dispõe sobre a impenhorabilidade do bem de família.</i>	
LEI Nº 8.245, DE 18 DE OUTUBRO DE 1991.....	808
<i>Dispõe sobre as locações dos imóveis urbanos e os procedimentos a elas pertinentes.</i>	
LEI Nº 8.560, DE 29 DE DEZEMBRO DE 1992.....	819
<i>Regula a investigação de paternidade dos filhos havidos fora do casamento e dá outras providências.</i>	
DECRETO Nº 678, DE 6 DE NOVEMBRO DE 1992 (EXCERTOS).....	820
<i>Promulga a Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica), de 22 de novembro de 1969.</i>	
LEI Nº 8.971, DE 29 DE DEZEMBRO DE 1994.....	821
<i>Regula o direito dos companheiros a alimentos e à sucessão.</i>	
LEI Nº 9.263, DE 12 DE JANEIRO DE 1996.....	822
<i>Regula o § 7º do art. 226 da Constituição Federal, que trata do planejamento familiar, estabelece penalidades e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 9.265, DE 12 DE FEVEREIRO DE 1996.....	824
<i>Regulamenta o inciso LXXVII do art. 5º da Constituição, dispondo sobre a gratuidade dos atos necessários ao exercício da cidadania.</i>	
LEI Nº 9.278, DE 10 DE MAIO DE 1996.....	824
<i>Regula o § 3º do art. 226 da Constituição Federal.</i>	
LEI Nº 9.307, DE 23 DE SETEMBRO DE 1996.....	825
<i>Dispõe sobre a arbitragem.</i>	
LEI Nº 9.434, DE 4 DE FEVEREIRO DE 1997.....	830
<i>Dispõe sobre a remoção de órgãos, tecidos e partes do corpo humano para fins de transplante e tratamento e dá outras providências.</i>	

LEI Nº 9.465, DE 7 DE JULHO DE 1997	833
<i>Dispõe sobre fornecimento gratuito de registro extemporâneo de nascimento</i>	
LEI Nº 9.507, DE 12 DE NOVEMBRO DE 1997	834
<i>Regula o direito de acesso a informações e disciplina o rito processual do habeas data.</i>	
LEI Nº 10.216, DE 6 DE ABRIL DE 2001	835
<i>Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental.</i>	
LEI Nº 11.340, DE 7 DE AGOSTO DE 2006	836
<i>Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências.</i>	
RESOLUÇÃO CNJ Nº 35, DE 24 DE ABRIL DE 2007	844
<i>Disciplina a lavratura dos atos notariais relacionados a inventário, partilha, separação consensual, divórcio consensual e extinção consensual de união estável por via administrativa.</i>	
LEI Nº 11.804, DE 5 DE NOVEMBRO DE 2008	849
<i>Disciplina o direito a alimentos gravídicos e a forma como ele será exercido e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 11.976, DE 7 DE JULHO DE 2009	849
<i>Dispõe sobre a Declaração de Óbito e a realização de estatísticas de óbitos em hospitais públicos e privados.</i>	
LEI Nº 12.318, DE 26 DE AGOSTO DE 2010	850
<i>Dispõe sobre a alienação parental e altera o art. 236 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.</i>	
RESOLUÇÃO CNJ Nº 131, DE 26 DE MAIO DE 2011	851
<i>Dispõe sobre a concessão de autorização de viagem para o exterior de crianças e adolescentes brasileiros, e revoga a Resolução nº 74/2009 do CNJ.</i>	
LEI Nº 12.662, DE 5 DE JUNHO DE 2012	852
<i>Assegura validade nacional à Declaração de Nascido Vivo – DNV, regula sua expedição, altera a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, e dá outras providências.</i>	
RESOLUÇÃO CFM Nº 1.995, DE 9 DE AGOSTO DE 2012	853
<i>Dispõe sobre as diretivas antecipadas de vontade dos pacientes.</i>	
RECOMENDAÇÃO CNJ Nº 8, DE 7 DE NOVEMBRO DE 2012	854
<i>Dispõe sobre a colocação de criança e adolescente em família substituída por meio de guarda.</i>	
LEI Nº 12.764, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2012	854
<i>Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.</i>	
RESOLUÇÃO CNJ Nº 175, DE 14 DE MAIO DE 2013	856
<i>Dispõe sobre a habilitação, celebração de casamento civil, ou de conversão de união estável em casamento, entre pessoas de mesmo sexo.</i>	
LEI Nº 13.140, DE 26 DE JUNHO DE 2015	856
<i>Dispõe sobre a mediação entre particulares como meio de solução de controvérsias e sobre a autocomposição de conflitos no âmbito da administração pública; altera a Lei nº 9.469, de 10 de julho de 1997, e o Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972; e revoga o § 2º do art. 6º da Lei nº 9.469, de 10 de julho de 1997.</i>	
LEI Nº 13.185, DE 6 DE NOVEMBRO DE 2015	861
<i>Institui o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (Bullying).</i>	
RECOMENDAÇÃO CNJ Nº 22, DE 6 DE JUNHO DE 2016	862
<i>Recomenda aos Tabelionatos de Notas que procedam a realização de inventário, partilha, separação consensual, divórcio consensual e extinção consensual de união estável, quando houver filhos ou herdeiros emancipados.</i>	
PROVIMENTO CNJ Nº 56, DE 14 DE JULHO DE 2016	862
<i>Dispõe sobre a obrigatoriedade de consulta ao Registro Central de Testamentos On-Line (RCTO) para processar os inventários e partilhas judiciais e lavrar escrituras públicas de inventários extrajudiciais.</i>	

RECOMENDAÇÃO CNJ Nº 25, DE 22 DE AGOSTO 2016	863
<i>Recomenda aos Juizes que atuam nas Varas de Família que observem o disposto na Lei nº 13.058/2014, nos termos que especifica.</i>	
LEI Nº 13.431, DE 4 DE ABRIL DE 2017	864
<i>Estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência e altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).</i>	
LEI Nº 13.445, DE 24 DE MAIO DE 2017	868
<i>Institui a Lei de Migração.</i>	
DECRETO Nº 9.176, DE 19 DE OUTUBRO DE 2017	882
<i>Promulga a Convenção sobre a Cobrança Internacional de Alimentos para Crianças e Outros Membros da Família e o Protocolo sobre a Lei Aplicável às Obrigações de Prestar Alimentos, firmados pela República Federativa do Brasil, em Haia, em 23 de novembro de 2007.</i>	
PROVIMENTO CNJ Nº 73, DE 28 DE JUNHO DE 2018	901
<i>Dispõe sobre a averbação da alteração do prenome e do gênero nos assentos de nascimento e casamento de pessoa transgênero no Registro Civil das Pessoas Naturais (RCPN).</i>	
PROVIMENTO CNJ Nº 82, DE 3 DE JULHO DE 2019	902
<i>Dispõe sobre o procedimento de averbação, no registro de nascimento e no de casamento dos filhos, da alteração do nome do genitor e dá outras providências.</i>	
RESOLUÇÃO CNJ Nº 289, DE 14 DE AGOSTO DE 2019	903
<i>Dispõe sobre a implantação e funcionamento do Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento – SNA e dá outras providências.</i>	
RESOLUÇÃO CNJ Nº 295, DE 13 DE SETEMBRO DE 2019	906
<i>Dispõe sobre autorização de viagem nacional para crianças e adolescentes.</i>	
PROVIMENTO CNJ Nº 103, DE 4 DE JUNHO DE 2020	909
<i>Dispõe sobre a Autorização Eletrônica de Viagem nacional e internacional de crianças e adolescentes até 16 (dezesseis) anos desacompanhados de ambos ou um de seus pais e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 14.344, DE 24 DE MAIO DE 2022	911
<i>Cria mecanismos para a prevenção e o enfrentamento da violência doméstica e familiar contra a criança e o adolescente, nos termos do § 8º do art. 226 e do § 4º do art. 227 da Constituição Federal e das disposições específicas previstas em tratados, convenções ou acordos internacionais de que o Brasil seja parte; altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e as Leis nºs 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), 8.072, de 25 de julho de 1990 (Lei de Crimes Hediondos), e 13.431, de 4 de abril de 2017, que estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência; e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 14.382, DE 27 DE JUNHO DE 2022 (EXCERDOS)	916
<i>Dispõe sobre o Sistema Eletrônico dos Registros Públicos (Serp); altera as Leis nºs 4.591, de 16 de dezembro de 1964, 6.015, de 31 de dezembro de 1973 (Lei de Registros Públicos), 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.935, de 18 de novembro de 1994, 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), 11.977, de 7 de julho de 2009, 13.097, de 19 de janeiro de 2015, e 13.465, de 11 de julho de 2017; e revoga a Lei nº 9.042, de 9 de maio de 1995, e dispositivos das Leis nºs 4.864, de 29 de novembro de 1965, 8.212, de 24 de julho de 1991, 12.441, de 11 de julho de 2011, 12.810, de 15 de maio de 2013, e 14.195, de 26 de agosto de 2021.</i>	
RECOMENDAÇÃO CNJ Nº 50, DE 18 DE JULHO 2022	919
<i>Dispõe sobre a prevalência do direito fundamental ao nome sobre exigências não estabelecidas na Lei de Registros Públicos, para fins de registro de nascimento ou de óbito de crianças.</i>	
RESOLUÇÃO CFM Nº 2.320, DE 1º DE SETEMBRO DE 2022	920
<i>Adota normas éticas para a utilização de técnicas de reprodução assistida - sempre em defesa do aperfeiçoamento das práticas e da observância aos princípios éticos e bioéticos que ajudam a trazer maior segurança e eficácia a tratamentos e procedimentos médicos, tornando-se o dispositivo deontológico a ser seguido pelos médicos brasileiros e revogando a Resolução CFM nº 2.294, publicada no Diário Oficial da União de 15 de junho de 2021, Seção 1, p. 60.</i>	
LEI Nº 14.711, DE 30 DE OUTUBRO DE 2023 (EXCERDOS)	923
<i>Dispõe sobre o aprimoramento das regras de garantia, a execução extrajudicial de créditos garantidos por hipoteca, a execução extrajudicial de garantia imobiliária em concurso de credores, o procedimento de busca e apreensão extrajudicial de bens móveis em caso de inadimplemento de contrato de alienação fiduciária, o resgate antecipado de Letra Financeira, a alíquota de imposto de renda sobre rendimentos no caso de fundos de investimento em participações qualificadas que envolvam titulares de cotas com residência ou domicílio no exterior e o procedimento de emissão de debêntures; altera as Leis nos 9.514, de 20 de novembro de 1997, 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), 13.476, de 28 de agosto de 2017, 6.015, de 31 de dezembro de 1973 (Lei de Registros Públicos), 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), 9.492,</i>	

de 10 de setembro de 1997, 8.935, de 18 de novembro de 1994, 12.249, de 11 de junho de 2010, 14.113, de 25 de dezembro de 2020, 11.312, de 27 de junho de 2006, 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e 14.382, de 27 de junho de 2022, e o Decreto-Lei nº 911, de 1º de outubro de 1969; e revoga dispositivos dos Decretos-Lei nos 70, de 21 de novembro de 1966, e 73, de 21 de novembro de 1966.

LEI Nº 14.717, DE 31 DE OUTUBRO DE 2023	925
<i>Institui pensão especial aos filhos e dependentes crianças ou adolescentes, órfãos em razão do crime de feminicídio tipificado no inciso VI do § 2º do art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), cuja renda familiar mensal per capita seja igual ou inferior a 1/4 (um quarto) do salário mínimo.</i>	
PROVIMENTO CNJ Nº 149, DE 30 DE AGOSTO DE 2023 (EXCERTOS)	925
<i>Institui o Código Nacional de Normas da Corregedoria Nacional de Justiça do Conselho Nacional de Justiça – Foro Extrajudicial (CNN/ CN/CNJ-Extra), que regulamenta os serviços notariais e de registro.</i>	
LEI Nº 14.786, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2023	959
<i>Cria o protocolo “Não é Não”, para prevenção ao constrangimento e à violência contra a mulher e para proteção à vítima; institui o selo “Não é Não - Mulheres Seguras”; e altera a Lei nº 14.597, de 14 de junho de 2023 (Lei Geral do Esporte).</i>	
LEI Nº 14.811, DE 12 DE JANEIRO DE 2024 (EXCERTOS)	960
<i>Institui medidas de proteção à criança e ao adolescente contra a violência nos estabelecimentos educacionais ou similares, prevê a Política Nacional de Prevenção e Combate ao Abuso e Exploração Sexual da Criança e do Adolescente e altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e as Leis nºs 8.072, de 25 de julho de 1990 (Lei dos Crimes Hediondos), e 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).</i>	
LEI Nº 14.826, DE 20 DE MARÇO DE 2024.....	961
<i>Institui a parentalidade positiva e o direito ao brincar como estratégias intersetoriais de prevenção à violência contra crianças; e altera a Lei nº 14.344, de 24 de maio de 2022.</i>	